



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1001696-49.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Daniel Pedigar**  
 Requerido: **Banco Daycoval S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DANIEL PEDIGAR, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Daycoval S/A, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu, em 08 de janeiro de 2014, contrato de financiamento no valor de R\$ 10.000,00 para pagamento em quarenta e oito (48) parcelas de R\$ 398,21, negócio que pretende revisto à luz do Código de Defesa do Consumidor, por conter cláusulas abusivas como capitalização de juros não pactuada, postulando nesse contexto seja declarada a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1963-17/2000, reeditada sob o nº 2170-36/2001, ou subsidiariamente declarada a ausência de previsão contratual autorizando dita capitalização, bem como afastando a aplicação do Sistema Price para substituição pelo Sistema de Gauss para que seja adotado o cálculo de equivalência em juros simples limitado à taxa legal de juros de 12% a.a., declarando-se ainda ilegal a cobrança de comissão de permanência, bem como a cobrança de multa moratória, bem como seja determinada a exclusão da cobrança de juros sobre a taxa de cadastro ou renovação de cadastro, registro do contrato, serviços de terceiro e de emissão de carnê, bem como de todo e qualquer serviços administrativos, com a condenação do réu à repetição dos valores indevidamente cobrados, compensando-se no saldo devedor que, havendo remanescente, deverá ser pago em tantas vezes quantas restem sem pagamento, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a realização dos cálculos, condenando-se ainda o réu ao pagamento dos encargos da sucumbência.

O réu contestou o pedido alegando que o financiamento foi feito com parcelas mensais fixas, não havendo a aplicação de quaisquer encargos além daqueles previamente contratados e de conhecimento do autor, pugnando pela não aplicação do CDC ou da teoria da onerosidade excessiva, porquanto não demonstrados os requisitos mínimos de aplicabilidade, negando capitalização de juros e refutando sua limitação enquanto não regulamentada a matéria prevista na Constituição, sendo as tarifas cobradas no contrato legais, não havendo que se falar em repetição do indébito, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à autora, a leitura do contrato demonstra a impossibilidade de que tenha havido capitalização dos juros ou contagem de juros sobre juros, o chamado anatocismo.

Ocorre que, conforme pode ser verificado no documento acostado às fls. 176, o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

valor financiado teve seu pagamento parcelado em 48 prestações de valor igual, com taxa de juros pré-fixada, de modo que em tais circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros” (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>1</sup>).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>2</sup>).

E nem se diga que haja ilegalidade na aplicação da tabela *price*, valendo, a propósito, o quanto igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “A Tabela Price não compreende anatocismo” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 <sup>3</sup>).

No mesmo sentido: “Embargos à execução. SFH. Sentença de improcedência. Apelação. Juros remuneratórios dentro dos limites legais. Laudo pericial. Tabela Price não compreende anatocismo. Jurisprudência do STJ em sede de recurso repetitivo. Seguro devido. Admitida a prévia atualização do saldo devedor para posterior amortização. Súmula 450 do STJ. Plano de Comprometimento de Renda e reajuste das prestações” (cf. Ap. nº 9000043-57.2008.8.26.0564 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/11/2015 <sup>4</sup>).

E tampouco caberá se falar da utilização de tabela alternativa, no caso, a *Tabela Gauss*, conforme entendimento do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO -Tabela Price - Admissibilidade - O emprego do sistema francês de amortização não implica prática de anatocismo e nem afronta a legislação vigente Inexistência de ilicitude em tal previsão, que não importa abusividade nem dá azo ao enriquecimento ilícito da outra parte - Capitalização de juros - Inocorrência - Acordado o pagamento em parcelas mensais fixas, a taxa pré-fixada já está diluída, não havendo que se falar em capitalização de juros Juros remuneratórios - Limitação dos juros em 12% ao ano - Inaplicabilidade às instituições financeiras - Súmula 596 do STJ Ausência de abusividade no percentual contratado Inaplicabilidade da tabela “Gauss”” (cf. Ap. nº 1018939-20.2014.8.26.0002 - 18ª Câmara de Direito Privado TJSP - 10/12/2014 <sup>5</sup>).

Quanto a uma possível exigência de juros acima da taxa média do mercado, cumpre observar não haja no argumento a menor plausibilidade, primeiramente pelo fato de não ter, o autor, logrado apontar qual seria essa taxa, e depois, porque, nos termos do que já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, “Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 <sup>6</sup>).

Finalmente, a respeito da limitação dos juros a 12% ao ano, trata-se de alegação que implica em argumento manifestamente protelatório, na medida em que milita contra Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, cuja edição não é nova e, portanto, do conhecimento do

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>5</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>6</sup> www.stj.jus.br/SCON



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

autor e de seu nobre procurador, conduta que será valorada no momento da fixação da sucumbência.

Sobre o tema dos juros e sua limitação, é preciso lembrar que “A *Súmula Vinculante* nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011<sup>7</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

Ou seja, não há como se acolher as pretensões do autor no que diga respeito aos juros e à forma de sua aplicação no contrato em discussão.

No que respeita à questão que o autor reclama como uma *ilegal a cobrança de comissão de permanência*, bem como a cobrança de multa moratória (sic.), o que cabe destacar é que se trata aí de postulação em afronta ao disposto expressamente no §2º do art. 330, do Novo Código de Processo Civil, que assim determina: “nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito” (o grifo é nosso).

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, “*não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)*” - cf. GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS – os grifos são nossos<sup>8</sup>.

E assim se exige porque, ainda segundo apontado na doutrina, “*houve um equívoco cometido nos primeiros tempos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor: o de se pressupor estar diante de um contrato com cláusulas necessariamente abusivas, tão somente pela desigualdade das posições das partes, na formação do contrato de adesão*” (cf. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros<sup>9</sup>).

A partir dessa equivocada premissa, conclui TERESA ARRUDA ALVIM, “*muitas dessas ações foram ajuizadas sem um mínimo de fundamento fático ou jurídico, no intuito exclusivo de protelar o cumprimento de obrigações contratuais, sendo evidente a má-fé (processual e contratual) por parte desses autores*” (idem, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros<sup>10</sup> - os grifos constam do original).

Ou seja, sem que haja especificação de fatos, valores e datas de uma suposta cobrança, descrita com precisão e circunstanciadamente, não há como se admitir a pretensão de análise de fato ou jurídica.

Veja-se que já desde a anterior doutrina processual já se tinha por premissa que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que

<sup>7</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>8</sup> GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, n. 3. ao art. 330, p. 844.

<sup>9</sup> TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

<sup>10</sup> TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a *“expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido”*, requisitos esses que *“a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida”*, pois da clareza desses dados dependerá *“que o réu possa preparar sua defesa”* (cf. MOACYR AMARAL SANTOS <sup>11</sup>).

Mas não é só: *“fatos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir”* (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO <sup>12</sup>).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo é que já se vinha decidindo que *“insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações”* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a *“alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório”* (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator <sup>13</sup>).

Não há, portanto, como se conhecer do tema.

No que diz respeito à reclamada *“cobrança de juros sobre a taxa de cadastro ou renovação de cadastro, registro do contrato, serviços de terceiro e de emissão de carnê, bem como de todo e qualquer serviços administrativos”* (sic.), o que se vê é que o argumento cai novamente na generalidade investigativa, contrária ao direito processual.

Seja como for, por amor ao debate e ao direito da parte, este Juízo analisará a cobrança de tarifas.

Restringindo-nos a esse tema, vê-se que o autor não leu o contrato, pois conforme nos permite sua leitura às fls. 176, o que se vê é que a única tarifa cobrada foi a de serviços de terceiro no valor de R\$ 137,37.

A respeito dessa cobrança, nenhuma ilicitude se verifica, tendo a jurisprudência já deixado assentado o entendimento nesse sentido: *“Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso”* (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012 <sup>14</sup>).

Logo, não há como se imputar de ilícita a cobrança.

A ação é improcedente e o autor sucumbe, devendo assim arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por DANIEL

<sup>11</sup> MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

<sup>12</sup> CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

<sup>13</sup> LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

<sup>14</sup> www.esaj.tjsp.jus.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

PEDIGAR contra Banco Daycoval S/A, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 06 de julho de 2016.  
Vilson Palaro Júnior  
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**